



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais
Superintendência de Recursos Hídricos – SRH

| | |
|--|---|
| AUTORIZAÇÃO DE USO DA ÁGUA | Nº 37/2013 PROCESSO Nº 0188824/13 Validade: 2 ANOS |
| NOME: COSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORREA S/A | CNPJ: 61.522.512/0052-52 |
| ENDEREÇO: Rua dos Periquitos, Quadra 2, nº 1/ sala 110 – Renascença | MUNICÍPIO: São Luís - MA |

CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DE SUPRIMENTO

BACIA HIDROGRÁFICA:..... Sistema Hidrográfico das Ilhas Maranhenses

MANANCIAL: Superficial – Mina de água jazida Bil (Vazão de
Referência: 1,98 m³/s)

MUNICÍPIO: São Luís – MA

ELEMENTOS DA AUTORIZAÇÃO

FINALIDADE DO USO DA ÁGUA: obra civil (duplicação da Estrada de Ferro Carajás).

VAZÃO AUTORIZADA:..... 25 m³/h 200 m³/dia

PERÍODO DE BOMBEAMENTO: 08 h/dia


PONTO DE CAPTAÇÃO :

LATITUDE..... 2°41'24,45"S

LONGITUDE..... 44°18'36,63"W

São Luís (MA), 22 de Novembro de 2013.


Laís de Moraes Rego Silva
Matrícula: 1097655
Superintendente de Recursos
Hídricos-SRHRH-SEMA


José Janio de Castro Lima
Secretário A. de Licenciamento Ambiental
Mat. 1712736



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais
Superintendência de Recursos Hídricos – SRH

EXIGÊNCIAS E OBSERVAÇÕES:
AUTORIZAÇÃO DE USO DE ÁGUA Nº 37/2013 // PROCESSO Nº 018824/2013

1. **Construções e Comércio Camargo Correa S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº 61.522.512/0052-52, com ponto de captação no município de São Luís/MA, sob as coordenadas 02°41'24,45"S e 44°18'36,63"W, está autorizada a utilizar a vazão 25 m³/h ou 200 m³/dia, por um período diário de 08 (oito) horas de captação, para fins de suprimento da demanda de água para as obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás;
2. A outorga, objeto desta Autorização, vigorará pelo prazo de dois anos, contados a partir da data de assinatura da mesma, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:
 - I - descumprimento das condições estabelecidas nesta Autorização;
 - II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
 - III - incidência nos arts. 14. e Art. 39. da lei 8.149/2004.
 - IV - indeferimento ou cassação da licença ambiental se for o caso dessa exigência.
3. Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade;
4. A Outorgada deverá realizar a medição da vazão captada mensalmente, assim como o monitoramento semestral da qualidade da água da Mina, devendo remeter o relatório resultante à SEMA de seis em seis meses;
5. A outorgada deverá realizar o monitoramento do nível da lâmina d'água na Mina através da instalação e aferição de réguas linimétricas, enviando registro fotográfico da medição no momento da coleta dos dados e a data em que foi realizado, com frequência trimestral, encaminhando os resultados a SEMA para avaliação e análise técnica;
6. A Outorgada, caso haja atraso da obra e necessidade de renovação desta Autorização, deverá:
 - I – Apresentar registro fotográfico amplo e legendado das margens da Mina e do ponto de captação;
 - II – Relatório de cumprimento de condicionantes;
 - III- Monitoramento da qualidade da água, sendo uma coleta no período seco e outra no período chuvoso de cada ano, em dois pontos, localizados próximos às margens opostas do lago, observando, no mínimo, os seguintes parâmetros: Ph, temperatura, cor verdadeira, óleos e graxas, sólidos dissolvidos totais, coliformes termotolerantes, turbidez, DBOs, oxigênio dissolvido, nitrogênio amoniacal total e fósforo total.
7. A Outorgada deverá obedecer ao estabelecido na Resolução nº 03 de 20 de março de 2002, que dispõe sobre parâmetros, definições e limites das Áreas de Preservação Permanente e também ao que determina o Código Florestal (Lei 12651/12), alterado pela lei 12.727 de 17 de outubro de 2012 e demais legislações pertinentes;
8. A Outorgada deve manter protegido o ponto de captação para evitar que óleos e lubrificantes sejam derramados;
9. Para minimizar os efeitos de secas, o uso pelo outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 4o, inciso X e § 2o, da Lei no 9.984, de 2000;
10. Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:
 - I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
 - II- quando for necessária a adequação aos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso desses recursos;
 - III - Em caso de conflito, as vazões outorgáveis podem ser alteradas, para atender os usos múltiplos e prioritários.
11. A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga;
12. Esta Autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;
13. A Outorgada deverá manter atualizada a Declaração de Uso no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos - CNARH (<http://cnarh.ana.gov.br/>);
14. Para retificação ou alteração das condições de uso de recursos hídricos ou de dados administrativos da outorga, a outorgada deverá, primeiramente, retificar sua declaração no CNARH e, posteriormente, encaminhar a solicitação preenchendo o formulário específico disponível no site da SEMA na internet;
15. A Outorgada se sujeita à fiscalização da SEMA, por intermédio de seus agentes, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Autorização.

OBSERVAÇÕES

- Caso julgue necessário a SEMA poderá intervir a qualquer momento para exigir medidas de controle ambiental adicionais;
- O não cumprimento das exigências expostas implicará na possibilidade de revogação da autorização sem prejuízo das sanções e penalidades previstas na legislação de recursos hídricos.

São Luís, 22 de novembro de 2013.